

DOI: <https://doi.org/10.61895/pl.v19i37.24378>

## VOZES EVANGÉLICAS E MORALIDADE PÚBLICA CONSERVADORA EM FEIRA DE SANTANA, BAHIA

**Barnabé Loewenstein**

Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

E-mail: [barnabemundo@gmail.com](mailto:barnabemundo@gmail.com) <https://orcid.org/0009-0005-0325-0608>**Maurício Ferreira da Silva**

Professor Titular Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

E-mail: [mauriciosilva@ufrb.edu.br](mailto:mauriciosilva@ufrb.edu.br) <https://orcid.org/0000-0002-0755-0967>**Péricles Morais de Andrade Júnior**

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS

E-mail: [periclesdcs@academico.ufs.br](mailto:periclesdcs@academico.ufs.br) <https://orcid.org/0000-0003-2505-1042>

### Resumo

Este artigo reconstrói os posicionamentos político-religiosos de fiéis evangélicos em Feira de Santana-BA, focando na *moralidade pública* durante as eleições de 2022. Através dos conceitos de publicização religiosa e minoritização, demonstramos as tensões entre igrejas cristãs e pautas de saúde, sexualidade e direitos reprodutivos. A gênese desta pesquisa situa-se na observação do movimento sistemático das igrejas pentecostais e neopentecostais no direcionamento de candidatos em pleitos sucessivos, fenômeno que ganha ímpeto desde a Constituinte de 1988 (Freston, 1993). O trabalho pretendeu discutir dois eixos fundamentais. O primeiro diz respeito ao conflito de identidades, pautado na observação de como o eleitor pentecostal prioriza sua identidade religiosa em detrimento de sua identidade de renda, preterindo políticas distributivas de esquerda em favor de pautas morais (Araújo, 2019). O segundo refere-se ao pânico moral e à sobrevivência, focados na percepção das pautas de diversidade (LGBTQIAPN+, feminismo) como ameaças à sobrevivência da ordem social cristã, levando ao engajamento político como estratégia de resistência (Machado; Burity, 2010). A coleta de dados, realizada via entrevistas em denominações como Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus, revelou um forte empenho de lideranças em direcionar votos para candidatos alinhados a diretrizes morais conservadoras.

**Palavras-Chave:** Moralidade Pública; Eleições 2022; Religião e Política; Feira de Santana.

## EVANGELICAL VOICES AND CONSERVATIVE PUBLIC MORALITY IN FEIRA DE SANTANA, BAHIA

### Abstract

This article reconstructs the political-religious positions of evangelical believers in Feira de Santana, Bahia, focusing on public morality during the 2022 elections. Through the concepts of religious publicization and minorization, we demonstrate the tensions between Christian churches and health, sexuality, and reproductive rights agendas. The genesis of this research lies in the observation of the systematic movement of Pentecostal and neo-Pentecostal churches in directing candidates in successive elections, a phenomenon that has gained momentum since the 1988 Constitution (Freston, 1993). The work aimed to discuss two fundamental axes. The first concerns the conflict of identities, based on the observation of how Pentecostal voters prioritize their religious identity over their income identity, favoring left-wing distributive policies in favor of moral agendas (Araújo, 2019). The second refers to moral panic and survival, focused on the perception of diversity agendas (LGBTQIAPN+, feminism) as threats to the survival of the Christian social order, leading to political engagement as a strategy of resistance (Machado; Burity, 2010). Data collection, carried out through interviews in denominations such as Assembleia de Deus and Universal do Reino de Deus, revealed a strong commitment by leaders to direct votes to candidates aligned with conservative moral guidelines.

**Keywords:** Public Morality; 2022 Elections; Religion and Politics; Feira de Santana.

**Processamento textual:** Recebido em 2025-12-15 Revisado em 2025-01-11 Aprovado em 2025-01-22

### 1. Introdução

Desde 2010, o cenário político brasileiro tem sido marcado pela busca intensa de candidatos à presidência pelo apoio de lideranças cristãs, utilizando símbolos sagrados e assumindo compromissos morais em troca de capital eleitoral. Esse fenômeno evidenciou uma pressão crescente de grupos religiosos para que presidenciáveis validassem publicamente agendas favoráveis aos interesses de suas denominações. (Mariano, 2011). Tais tensões em torno da *moralidade pública* — com foco na sacralização da família tradicional e em pautas sobre o corpo e o comportamento — ampliaram-se significativamente nas eleições de 2018 e 2022. Como resultado, a articulação entre setores cristãos e segmentos da direita alterou a correlação de forças nos pleitos, passando a desafiar o equilíbrio democrático.

Historicamente, os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e a gestão de Dilma Rousseff representaram um interregno progressista que incorporou pautas dos movimentos sociais e promoveu reformas de impacto no desenvolvimento social e na educação, contrapondo-se ao

preceito neoliberal de "Estado mínimo". Todavia, o processo de impeachment em 2016 interrompeu esse ciclo. O governo interino de Michel Temer redirecionou a orientação governamental em áreas estratégicas, implementando medidas como a reforma trabalhista e o teto de gastos. Esse cenário de instabilidade e desconstrução das agendas progressistas pavimentou o caminho para uma perspectiva reacionária que impactou diretamente a conduta política nacional.

Essa ruptura culminou na vitória da ultra-direita com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Durante o seu mandato, a relação entre religião e política atingiu um novo patamar de simbiose institucional. Bolsonaro consolidou o uso político da religião ao converter o Estado em um palco para a defesa de valores tradicionalistas, associando-se estreitamente a segmentos de inspiração cristã conservadora<sup>1</sup>. O discurso governamental foi pautado pela instrumentalização da fé, onde adversários políticos eram frequentemente enquadrados em termos de "batalha espiritual", e a laicidade do Estado era testada pela indicação de cargos estratégicos baseados em critérios confessionais.

Em 2022, esse cenário de polarização radicalizou-se. A disputa entre Lula e Bolsonaro fomentou debates intensos sobre valores e comportamento social. A estratificação dos votos revelou um país dividido regionalmente, com o Nordeste mantendo um forte apoio histórico às pautas progressistas. Entender o papel exercido por segmentos de apoio a pautas conservadoras em uma região marcadamente progressista é o objetivo central deste estudo. A pesquisa direciona-se ao posicionamento político de fiéis evangélicos no município de Feira de Santana, Bahia. Os resultados preliminares demonstram que o ambiente intraeclesial foi marcado por uma resistência ativa à esquerda, com lideranças religiosas atuando no monitoramento de conteúdos e na disseminação de "pânicos morais" relacionados ao aborto, direitos LGBTQIAPN+ e leis sobre drogas.

---

<sup>1</sup> Adotamos aqui a ideia de que o conservadorismo, em si, é um amplo movimento de ideias e práticas sociais, distribuído por um vasto leque de exemplos empíricos que tem a ver com as reações ao mundo moderno e as suas mudanças sociais e culturais, ou seja, a autonomia das esferas de valor, em termos weberianos, do controle das instituições e hierarquias sacralizadas (ciência, arte, política, sexualidade etc.). Em essência, os conservadores são aqueles, sob a ótica das teorias esgrimidas no artigo, se dedicam a tentar conservar, e a repor, a visão de mundo lastreada na reação à modernidade. Os reacionários, por outro lado, dão um passo à mais, vão à guerra para restaurar uma suposta ordem, sob a hegemonia das instituições religiosas, no caso, cristãs, idealizada e inexistente, de vida social, moral, cultural, sexual, familiar e política (Andrade, Camurça, Silveira, 2020).

Destacam-se nessa radicalização cinco indicativos. Em primeiro lugar, a politização reativa e defesa de valores tradicionais, quando grupos religiosos têm atuado como “contramovimentos de resistência à mudança”, reagindo contra a secularização e a liberalização dos costumes. Essa politização reativa foca na oposição a pautas de direitos reprodutivos e LGBTQI+, travestindo interesses religiosos de “defesa da vida” e da “família tradicional”. No Congresso, o “bloco cristão” articula-se para barrar avanços nessas áreas e promover projetos como o *Escola sem Partido*, que busca priorizar visões biológicas e criacionistas no ensino. Em segundo, constatamos a instrumentalização do simbolismo e a figura do “Mártir”, quando assistimos na política uma extensiva instrumentalização de símbolos religiosos, tal como no batismo de Jair Bolsonaro no Rio Jordão em 2016, visando atrair segmentos cristãos conservadores. As fontes sugerem que o atentado sofrido por ele em 2018 permitiu que assumisse um “manto de mártir”, blindando-o de escrutínios sobre suas incoerências morais. Em terceiro, destaca-se a adoção do conceito de laicidade do Estado de forma ambivalente, com defesa de privilégios (que o Estado não interfira em assuntos religiosos, enquanto se busca o uso do aparato estatal para garantir privilégios, como isenções fiscais, perdão de dívidas de templos e imunidade jurídica para ministros de culto) e performatividade judiciária – (grupos ultraconservadores utilizam o sistema jurídico para silenciar vozes dissidentes, como no caso da disputa judicial para proibir a ONG "Católicas pelo Direito de Decidir" de usar o termo “católicas”). Em quarto, a radicalização gera embates profundos dentro das próprias instituições, ocasionando conflitos internos e marginalização. A Igreja Católica, por exemplo, vive tensões entre setores progressistas e reacionários, evidenciadas em ataques à Campanha da Fraternidade de 2021 e ao Sínodo da Amazônia. O Instituto Plínio Correa de Oliveira (IPCO) atuou contra a pauta ecológica, classificando-a como “psicose ambientalista”. Enquanto grupos cristãos aperfeiçoam sua influência institucional, religiões de matriz afro-brasileira sofrem uma criminalização sistemática de suas liturgias, muitas vezes sob os pretextos ambientais em unidades de conservação. Por fim, destacam-se a projeção internacional e o discurso midiático. A dimensão religiosa transbordou as fronteiras nacionais, como observado na atuação da então ministra Damares Alves na ONU (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de 2019 até 2022), onde projetou a imagem de um Brasil homogeneamente cristão e conservador para combater uma suposta “agenda esquerdista” internacional. Além disso, grandes denominações, como a Igreja Universal do Reino de Deus, utilizam seus canais de mídia para legitimar seus discursos como “verdades” em oposição a *fake news*, influenciando as decisões eleitorais de seus fiéis (Carranza, Santos e Jácomo, 2021).

Diante desse cenário nacional, o presente estudo propõe um recorte específico na Região Nordeste, mais precisamente no município de Feira de Santana-BA. A pesquisa desenvolveu-se a partir de entrevistas com fiéis das igrejas *Assembleia de Deus Cristianismo sem Fronteira*, *Quadrangular Labareda de Fogo* e *Universal do Reino de Deus* que possuem sedes no município. Além desses fiéis, foram entrevistados um fiel da *Igreja Cristã no Brasil* e uma da *Igreja Tabernáculo Internacional Da Graça*<sup>2</sup>. A escolha justifica-se pela necessidade de compreender as particularidades regionais que dialogam ou divergem dos levantamentos nacionais (Araújo, 2019) e estudos de caso focados no Sudeste (Barbosa, 2016).

A gênese desta pesquisa situa-se na observação do movimento sistemático das igrejas pentecostais e neopentecostais no direcionamento de candidatos em pleitos sucessivos, fenômeno que ganha ímpeto desde a Constituinte de 1988 (Freston, 1993). A ascensão de um *populismo* de direita conservadora no Brasil evidenciou que o apoio desses segmentos religiosos não apenas garante volume de votos, mas ocupa espaços estratégicos na burocracia estatal. Em 2022, esse fenômeno atingiu seu ápice com a manutenção de altos índices de aprovação do projeto bolsonarista, alcançando 49,10% dos votos válidos, a despeito das crises socioeconômicas e democráticas.

O primeiro desafio metodológico consistiu na alteridade: como um pesquisador de formação católica e estranho às denominações evangélicas poderia estabelecer um contato legítimo com o campo? A formação em Ciências das Religiões apresentou-se como uma ferramenta de mediação linguística, permitindo o manejo da retórica bíblica que fundamenta as posturas morais e os costumes dos fiéis. Para evitar a resistência institucional de pastores contra um pesquisador "forasteiro", optou-se por não fixar a pesquisa em um templo específico, mas sim na rede de fiéis que compõem o tecido social da cidade.

Para fundamentar a inserção no campo, recorreu-se ao referencial de Pierre Bourdieu, especialmente as reflexões contidas em *A Miséria do Mundo*. A premissa adotada foi a de que a ciência não deve ser um "arrancar", mas um "cultivar", exigindo uma escuta atenta para compreender os sentidos atribuídos pelos grupos à sua relação com a política. Mobilizou-se a categoria da *reflexividade reflexa* (Bourdieu, 2008) como sinônimo de método. Esse "olho sociológico" permite que o pesquisador controle, durante a condução da entrevista, os efeitos

---

<sup>2</sup> Para denominar as pessoas entrevistadas das utilizamos as seguintes nomenclaturas e respectivas numerações para preservação dos anonimatos: A para entrevistados(as) da *Assembleia de Deus Cristianismo sem Fronteira*; Q para entrevistados(as) da *Igreja Quadrangular Labareda de Fogo*; U para entrevistados(as) *Igreja Universal do Reino de Deus*.

da estrutura social e dos preconceitos frequentemente direcionados aos pentecostais (Freston, 1993). Entende-se o campo religioso como um espaço de consenso e conflito (Loyola, 2021), onde especialistas e leigos disputam capitais simbólicos e bens de salvação (Catani, 2017).

A aproximação com os fiéis foi pautada pelo cuidado em evitar a "violência simbólica". Seguindo Bourdieu (2008), optou-se por uma comunicação baseada na proximidade social e na familiaridade. Para tal, foram utilizados intermediários — assistentes sociais, diretores de escolas e os próprios fiéis — que facilitaram a entrada no ambiente doméstico dos entrevistados, garantindo um clima de confiança indispensável para o diálogo.

A técnica utilizada para a seleção dos participantes foi a de "bola de neve" (indicação sucessiva). Foram contatadas uma diversidade de igrejas (Assembleia de Deus, Universal, Quadrangular, entre outras) para a realização de entrevistas do tipo semiestruturadas, aliadas a observações de cunho etnográfico. A preparação envolveu visitas prévias e a apresentação do roteiro, estabelecendo uma escuta ativa e empática. Esse rigor buscou evitar que pré-informações vindas de pesquisas de opinião ou da mídia interferissem na singularidade das histórias de vida coletadas (Bourdieu, 2008).

Notou-se, durante a abordagem, que o binômio "religião e política" causava recusas iniciais. A política é frequentemente lida como um "mal necessário", o que gera um desinteresse aparente ou alienação temática por parte de alguns fiéis, reforçando a necessidade de uma postura pedagógica e paciente por parte do pesquisador.

## 2. As disputas pela moralidade pública no Brasil

Por um processo de pressão e contrapressão, a inserção dos agentes sociais religiosos (grupos e indivíduos) no espaço público, não necessariamente aumenta o poderio normativo da religião. Em outras palavras, a hegemonia do religioso na determinação de comportamentos e ações individuais e coletivas, provoca também a reorganização de grupos não-religiosos, podendo aprofundar percepções laicizadas. Por outro lado, o irromper de forças laicas e movimentos identitários organizados no cenário público desde a Constituinte de 1988, na conquista de direitos e garantia de políticas estatais de reconhecimento, despertou uma poderosa reação de um enraizamento religioso até então apolítico que passou a usar sua pujança e representatividade na população em instrumento de poder (Andrade Júnior, Camurça e Silveira, 2020, p. 15).

Entre 1990 e 2023, a esfera pública brasileira testemunhou a "publicização da religião", conforme definido por Casanova (1994). Essa realidade consolidou-se a partir da Assembleia Constituinte de 1986, com a formação da chamada "bancada evangélica", que buscou visibilidade e legitimidade no processo de redemocratização. É certo que havia receios, por

*Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 19, n. 37, jul. - dez. 2025*  
ISSN: 1982 -193X



parte dos coletivos evangélicos, em torno dos temas de liberdade religiosa e valores conservadores na construção da nova Carta Magna. (Burity, 2024).

Este fenômeno constitui-se pela *pluriconfessionalidade*, compreendida como um consórcio entre católicos e evangélicos que visa reforçar e justificar sua presença na esfera pública, sem, contudo, questionar ostensivamente a laicidade do Estado. (Blancarte, 2011). Sob esse modelo — observado em grande parte dos regimes políticos na América Latina —, a atuação das igrejas na definição de políticas públicas é raramente contestada, sustentando-se, de forma aberta ou velada, na autoridade do poder sagrado. A legitimidade desse processo deriva de uma percepção específica da laicidade pelas majorias cristãs: para esses grupos, o "direito religioso" e a atuação pública não devem estar subordinados às restrições impostas pela neutralidade das leis constitucionais. (Blancarte, 2018).

Nesse sentido, vale ressaltar que a religião evangélica se publicizou através do processo de minoritização (Connolly, 1995), asserção coletiva de uma minoria, de novos atores que questionam uma ordem excludente e fazem demandas por reconhecimento, inclusão ou justiça. A minoritização trouxe à tona manifestações marginais, empoderou as ativas minorias, cujas demandas por reconhecimento, direitos e provisão criaram condições para que tais discursos majoritários fossem relativizados, equiparados, equilibrados, reduzidos à condição de minorias.

Essa minoria evangélica ativada em nome de um contingente não mais desprezível de brasileiros e brasileiras que, por sua vez, se sentia no direito de fazer-se ver e ouvir, também invocava o que já havia de garantias para a diferença religiosa no Brasil, para disputar o que lhe parecia ser um espaço indevidamente assegurado ao catolicismo na cena pública (Burity, 2024, p. 16).

Neste processo de atuação pública, destacam-se as disputas pela *moralidade pública*, sobretudo através da promoção da sacralização da família tradicional, com ênfase nas questões relativas ao corpo, ao comportamento e aos vínculos primários. Esse ativismo é uma reação a política de aproximação do Estado brasileiro com os movimentos sociais identitários no final da década de 1990, principalmente aqueles ligados às pautas de gênero (feministas e LGBTQIAPN+), com destaque à ocupação de postos no aparelho estatal, influência nas políticas públicas na área da saúde, dos direitos sexuais e reprodutivos (Machado, 2012).

De fato, nas últimas três décadas a sociedade brasileira experimentou mudanças consideradas “progressistas” em termos de direitos reprodutivos e sexuais, o que impulsionou iniciativas governamentais, tais como o *Programa Brasil sem Homofobia (2004)*, a Comissão Tripartite

de Revisão da Legislação Punitiva sobre o Aborto (2005), a Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT (2008) e o Programa Nacional de Direitos Humanos (2009). Como reação a estas políticas públicas se instituiu um ativismo religioso público envolvendo os coletivos conservadores. (Almeida, 2019).

Estrategicamente, são estabelecidos pânicos morais, principalmente combatendo iniciativas que “contrariem” a moral cristã e conservadora: direitos sexuais e reprodutivos – incluindo o aborto -, direitos de pessoas LGBTQIAPN+ de todas as idades e medidas que afrouxem punições associadas ao consumo de drogas consideradas ilícitas (Machado, 2024). As políticas públicas relativas à família e à saúde da mulher, por exemplo, tornam-se objeto de disputa dos religiosos conservadores, empenhados na defesa de representações naturalizadas da moral, da sexualidade e da concepção de vida. Por seu lado, os segmentos da diversidade de gênero, sexual e de costumes se colocam do lado das transformações próprias das modernas sociedades democráticas ocidentais. Estão em disputas a reivindicação e a conquista da igualdade de direitos do cidadão, o tratamento político e social isonômico do ponto de vista do Estado e de suas políticas públicas (Machado, 2020).

Defendendo moralidades distintas, movimentos confessionais, feministas e pela diversidade sexual se articulam de forma transnacional e travam uma verdadeira guerra cultural. Estão em jogo não só o controle do corpo das mulheres, a educação sexual das crianças e os direitos sociais dos LGBTTT, mas também os privilégios e a distribuição dos bens materiais entre os diferentes segmentos sociais, (Machado, 2020, p.272).

A partir das eleições presidenciais de 2010, constatou-se que nos últimos pleitos os candidatos à presidência buscavam apoio de lideranças religiosas cristãs, com a presença visível destes em templos, a proliferação de discursos políticos marcados por temas da moral religiosa e evocação a símbolos sagrados e a pressão da parte dos religiosos para que os presidenciáveis assumissem publicamente certos compromissos morais e políticos favoráveis aos interesses destas igrejas (Mariano, 2011). As tensões e disputas pela *moralidade pública*, sobretudo através da promoção da sacralização da família tradicional, com ênfase nas questões relativas ao corpo, ao comportamento e aos vínculos primários, se ampliaram nas eleições brasileiras de 2018 e 2022.

Desde as campanhas eleitorais de 2010 no Brasil a polarização política recente colaborou para consolidar uma direita cristã. Antipetismo e antiesquerdismo passaram a nortear crescentemente posições políticas de líderes e deputados evangélicos, sobretudo a partir de

2013. O apoio para a centro-esquerda, representada nos governos Lula e Dilma, em aliança com o PRB e o PMDB nos anos 2000, foi alterado com a articulação do *impeachment* em 2016, numa nova aliança neoliberal de direita que reuniu os partidos derrotados. Uma derivação dessa fase a participação política maciça de evangélicos pentecostais na candidatura de Jair Bolsonaro em 2018, espectro político de extrema direita cristã que se consolidou na eleição de Bolsonaro, assumiu a agenda moral como mote de campanha e se empenha na construção da ideia de uma nação cristã (Burity, 2020). Os evangélicos cada vez mais, passaram a se identificar como conservadores, a se aliar a grupos de direita, a atacar os direitos humanos, a educação sexual nas escolas, as políticas anti-homofóbicas (Mariano e Gerardi, 2019)

Tal antagonismo estimulou a ação política de fins eleitorais em espaços que não possuem como princípio tal finalidade. Inserem-se aí as escolas, as empresas, os órgãos públicos e, no que constitui o objeto mais direto deste trabalho, as igrejas. E, de forma mais específica, a atuação dessas no município de Feira de Santana, no estado da Bahia.

Seguindo a tendência da Região Nordeste, este município registrou amplo apoio eleitoral para a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (64,03%) ante a candidatura de Jair Bolsonaro (35,97%)<sup>3</sup>. É possível aferir, a partir do trabalho de coleta de dados juntos aos fieis das igrejas pesquisadas, que houve forte atuação das lideranças religiosas na busca por resultados eleitorais favoráveis ao candidato Jair Bolsonaro.

A indução repetida de informações positivas sobre as pautas conservadoras de Bolsonaro com vista a estabelecer uma determinada visão de mundo, ou seja, o “martelamento” no sentido dado por Pierre Bourdieu (1998), buscou apresentar o candidato da ultradireita como o "candidato de Deus". Em algumas situações, durante as eleições, o princípio de separação entre a missão eclesial e a o universo político praticamente inexistiu, o que nos leva à metáfora das igrejas evangélicas como “máquinas eleitorais” de sustentação de candidaturas. Obreiros e voluntários atuam de forma análoga aos cabos eleitorais nos bairros e arredores das igrejas de mesma denominação. As igrejas evangélicas podem mobilizar, em favor das candidaturas que lhes interessam uma rede de contatos de divulgação e execução de serviços essenciais a qualquer campanha política. Enfim, com as restrições de doação atualmente impostas aos canais

<sup>3</sup> <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/10/31/eleicoes-em-feira-de-santana-ba-veja-como-foi-a-votacao-no-2o-turno.ghtml>. Acesso em 5 out. 2025.

tradicionais do fazer político, as instituições religiosas também podem funcionar como forma de canalização de recursos financeiros para as campanhas eleitorais (Prandi e Santos, 2019).

Nas eleições de 2022, a mobilização em defesa de Bolsonaro foi reiterada pelos líderes das igrejas pesquisadas. Tal alinhamento ancora-se na trajetória do candidato de ultradireita, que capitalizou elementos discursivos e simbólicos em oposição direta às iniciativas sociais implementadas ou fomentadas durante os governos petistas. Diante desse cenário, o dilema entre a insistência retórica dos pastores e a autonomia do fiel em suas escolhas político-econômicas — pautadas por princípios morais e religiosos — constitui o objeto de análise e das reflexões a seguir.

Este artigo tem como objetivo apresentar os posicionamentos de fiéis destas igrejas cristãs que expressam pensamentos e posições conservadores consensuais em torno das questões da *moralidade pública*, sendo a família tradicional o ponto de articulação durante os períodos de disputas eleitorais, particularmente nas eleições presidenciais de 2022 tendo como escopo social o município de Feira de Santana, Bahia, cidade localizada no centro-norte baiano, a 108 quilômetros da capital do estado, Salvador<sup>4</sup>.

### 3. A Moralidade Pública em Feira de Santana

Esta seção objetiva apresentar dados relativos à visão dos fiéis evangélicos de Feira de Santana em torno da polaridade ideológica estabelecida no processo eleitoral de 2022. Constatou-se que temas ligados à família, à saúde, à sexualidade e aos direitos reprodutivos foram centrais nesta *doxa* conservadora, compreendida como o arranjo do espaço social estabelecido pelos atores de um campo com vistas ao estabelecimento de uma "visão correta, dominante, que só se impôs ao cabo de lutas contra visões concorrentes" (Bourdieu, 2007).

Para melhor desenvolvimento e compreensão, optamos aqui pela exposição em três subtópicos: Doxa Conservadora e Ortodoxia Bíblica; Pânico Moral e a Demonização da Esquerda e Conversão e Ruptura Ideológica.

#### 3.1. *Doxa* conservadora e ortodoxia bíblica

---

<sup>4</sup> “Lula (PT) foi o candidato mais votado para a Presidência da República em Feira de Santana (BA). Ele recebeu 221.406 votos, o equivalente a 64,03% do total da cidade. Já Jair Bolsonaro (PL) foi a escolha de 35,97% dos eleitores e recebeu 124.354 votos”. Ver: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/10/31/eleicoes-em-feira-de-santana-ba-veja-como-foi-a-votacao-no-2o-torno.ghtml>. Acesso em 5 out. 2025.

Nas entrevistas, percebemos uma resistência contundente a modelos de família que fujam do padrão heteronormativo. Diante da pergunta sobre a representação da família, uma entrevistada sintetiza o acolhimento afetivo que, contudo, não se traduz em aceitação da diversidade sexual:

A família é uma bênção. Pode ser filho, marginal, traficante. Tudo pode ter, mas é a família da gente. [...] Só porque tem um errado na família a gente não vai acolher? Tem que acolher, chamar e dar conselho. (Entrevistada U2, 66 anos)<sup>5</sup>.

A entrevistada, aposentada e ex-cozinheira, reconhece que a família pode sofrer "desvios de conduta", mas entende o vínculo como fundamental e "abençoado por Deus". Entretanto, a fronteira da tolerância é rigidamente demarcada por uma interpretação bíblica literal que demoniza identidades dissidentes:

Eu acho errado. Porque Deus fez um sexo só. Homem com mulher e pronto. Acabou. Hoje em dia tem os transvestis, viado, sapatona. Tudo isso a gente vê. A gente via antigamente isso? Não via. Hoje um homem casando com outro... [...] Eu acho que isso é coisa do diabo. [...] Homem foi feito para mulher e não para outro homem. (Entrevistada U2, 66 anos).

A leitura do Gênesis e o modelo de Adão e Eva funcionam como um dogma que condiciona o modelo de casal legítimo. Essa hermenêutica é utilizada como justificativa para negar direitos a casais homoafetivos, classificando tais uniões como "coisa do diabo". Essa ideia é compartilhada por outros perfis do campo, como se observa na fala do Entrevistado U1 (68 anos): "... pecado. Ele não aceita. Como Deus não aceita, a gente também não aceita. Homem nasceu para a mulher e a mulher para o homem".

Embora a idade avançada possa sugerir posicionamentos mais reativos, o conservadorismo é reproduzido entre os mais jovens, indicando a força da reprodução do *habitus* religioso. O Entrevistado U3 (18 anos) reforça: "Eu não acho certo. Porque Deus fez o homem para mulher e a mulher para o homem. O que é fora disso não provém dele".

Uma das entrevistadas reforça que a família é a "base da sociedade" sob a tríade "pai, mãe e filhos". Ao ser questionada sobre modelos homoafetivos, sua resposta revela o peso da tradição sobre a subjetividade:

---

<sup>5</sup> Para denominar as pessoas entrevistadas foram utilizadas as seguintes nomenclaturas: **A** para entrevistados(as) da *Assembleia de Deus Cristianismo sem Fronteira*; **Q** para entrevistados(as) da *Igreja Quadrangular Labareda de Fogo*; **U** para entrevistados(as) da *Igreja Universal do Reino de Deus*.

[A relação homoafetiva] vai contra tudo que temos de princípio da palavra de Deus. Eu não consigo nem expressar a relação homoafetiva. Eles sabem que estão indo contra os princípios que é a palavra de Deus. (Entrevistada A1, 45 anos).

Essa negação está intrinsecamente ligada ao discurso pentecostal que vê a homossexualidade como uma "degeneração moral", impedindo que tais uniões sejam constituídas como família (Almeida, 2017). Aqui, a Bíblia ocupa o lugar de forma simbólica de poder, alicerçando práticas sociais de exclusão.

### 3.2. O pânico moral e a demonização da esquerda

A pesquisa revelou o uso do pânico moral quanto à propagação de que a esquerda visa incutir "dúvidas de gênero" em crianças. Para os entrevistados, o Estado governado pela esquerda representaria um cenário sem "limites morais":

Jesus amado! Esse é um dos assuntos que mais incomoda em relação do ministério infantil a igreja. É uma violência contra a criança. Uma coisa é depois que você se torna adulto que tem informação do certo e do errado e decide. Falando cientificamente não tem o cromossomo ou é um ou outro. Ideologia de gênero é uma violência. (Entrevistada A1, 45 anos).

Nesse embate, as pautas de minorias conflitam com a moralidade cristã, ganhando relevância eleitoral por envolverem o que os atores percebem como um "juízo divino final". O conservadorismo assume, então, o papel de "limitador" necessário, como aponta a Entrevistada A2 (22 anos): "Nesta parte o conservadorismo é muito importante [...] para limitar esse povo, sabe".

Embora o campo evangélico seja plural, nota-se uma unidade no discurso eleitoral conservador, baseada na crença da verdade absoluta (ANÉAS, 2024). Esse ativismo político-religioso é percebido como um "fanatismo exacerbado" por alguns fiéis, que relatam a transformação do altar em palanque: "O povo ia para a igreja não pela fé, escutar Jesus, mas para tentar guerrear naquilo da política. Levava aquilo a ferro e fogo. Cantando aquela musiquinha de política no altar". (Entrevistada A2, 22 anos).

Essa influência religiosa visa intervir na escolha eleitoral através da "demonização" de forças políticas que representam "ameaças" (Carranza, 2018). Historicamente, essa atuação variou de apoio a forças liberais nos anos 1990 à aliança com a extrema-direita em 2018, assumindo a agenda moral como mote central (Burity, 2024).

A guinada à direita é frequentemente acompanhada por um processo de conversão religiosa que ressignifica o passado político. O PT, anteriormente apoiado por muitos fiéis, passa a ser lido sob a gramática do mal:

Eu era PT morrendo, morrendo mesmo! [...] Mas quando eu comecei com a fé em Jesus na minha vida. Eu vi que tudo isso era em vão. Era mentira, eu estava sendo enganada pelo mal. Porque quando eu comecei a conhecer Jesus eu vi que o PT, no caso, era diabólico, eles aceitam coisas que não contém na bíblia. (Entrevistada Q2, 41 anos).

Essa demonização da esquerda consolida a imagem desses partidos como "inimigos viscerais" da maioria cristã, interpretando a política como uma "cruzada" (PASSOS, 2020). Entretanto, o campo apresenta fissuras. Tais contradições indicam que, embora o pânico moral seja um instrumento potente, a realidade econômica gera o que Berger (1996) chama de "capitulações cognitivas", como se observa na confusão terminológica do Entrevistado Q3 (34 anos): "Eu sempre votei no governo da direita, no PT. E esse governo da esquerda aí [Bolsonaro]... para mim deixou a desejar".

#### 4. Considerações finais

A análise das trajetórias e percepções dos fiéis evangélicos em Feira de Santana durante o pleito de 2022 revela que o campo religioso não atua apenas como um espaço de reprodução de fé, mas como um *locus* central de disputa pela moralidade pública e de formação de consciência política. A pesquisa evidenciou que a construção da *doxa* conservadora no município baiano se sustenta em um binômio de resistência: a preservação da família tradicional heteronormativa e a demonização sistemática de ideologias progressistas, rotuladas sob a gramática do "mal" ou do "diabólico".

Os dados coletados revelaram um forte empenho por parte de lideranças das igrejas pesquisadas para direcionar votos nos candidatos que possuíam afinidade com a igreja e com as pautas morais e de costumes. Entendemos que os recortes das entrevistas apresentados e analisados podem instigar os leitores a desenvolverem outras reflexões até aqui não abordadas. Por ser um estudo de caso, é possível encontrar diferentes abordagens ou semelhanças em outros contextos e espaços sociais.

Com isso, ressaltamos que o trabalho pretendeu discutir três eixos fundamentais. O primeiro diz respeito ao conflito de identidades, pautado na observação de como o eleitor pentecostal prioriza sua identidade religiosa em detrimento de sua identidade de renda, preterindo políticas distributivas de esquerda em favor de pautas morais (Araújo, 2019). O segundo refere-se ao pânico moral e à sobrevivência, focados na percepção das pautas de diversidade (LGBTQIAPN+, feminismo) como ameaças à sobrevivência da ordem social cristã, levando ao engajamento político como estratégia de resistência (Machado; Burity, 2010). Por fim, a análise confrontou o "legado lulista" e as políticas de inclusão com a "cruzada moral" bolsonarista, buscando entender como o neoliberalismo coopta as forças religiosas para manter inalterada a hegemonia das classes dominantes, sacralizando a dominação através do discurso religioso (Catani, 2017).

Ao longo do estudo, constatou-se que o processo de "minoritização" — a asserção de grupos que demandam reconhecimento e espaço público — permitiu que o segmento evangélico transicionasse de uma posição de isolamento para um ativismo político vigoroso. Esse ativismo, contudo, manifestou-se de forma reativa às conquistas de direitos sexuais e reprodutivos ocorridas nas últimas décadas, estabelecendo "pânicos morais" que serviram como ferramenta de mobilização eleitoral. Em Feira de Santana, esse fenômeno foi potencializado pelo "martelamento" das lideranças religiosas, que buscaram alinhar a identidade religiosa do fiel à candidatura de extrema-direita, apresentando-a como a única via capaz de salvaguardar os valores cristãos.

As entrevistas demonstraram que a interpretação bíblica literal funciona como um dogma que impede o reconhecimento da diversidade sexual e de modelos familiares dissidentes, fundamentando práticas de exclusão social sob o manto da ortodoxia. A força do *habitus* religioso mostrou-se resiliente, sendo reproduzida inclusive entre os jovens, o que sugere que a moralidade conservadora possui mecanismos de perpetuação geracional eficazes dentro das comunidades pentecostais e neopentecostais pesquisadas.

Por outro lado, o estudo também identificou fissuras nessa hegemonia conservadora. A "conversão e ruptura ideológica" observada em alguns relatos aponta que o passado político vinculado a pautas de esquerda (como o lulismo) entra em conflito com a nova gramática religiosa imposta, gerando contradições internas. O fenômeno das "capitulações cognitivas", em que a realidade econômica e as experiências de vida dos fiéis impõem limites à adesão cega

às diretrizes das lideranças, sinaliza que o campo religioso evangélico não é um bloco monolítico.

Em suma, as "Vozes Evangélicas" em Feira de Santana revelam que a política é hoje interpretada como uma "cruzada moral". Embora o município tenha registrado maioria de votos para o campo progressista, a influência das lideranças conservadoras nas igrejas criou um enclave de resistência que prioriza a identidade religiosa e a pauta de costumes em detrimento de políticas distributivas de renda. Conclui-se que o avanço do conservadorismo religioso na esfera pública desafia a laicidade do Estado e as democracias modernas, exigindo novas formas de mediação e diálogo que considerem a complexidade das subjetividades religiosas no cenário brasileiro contemporâneo.

## Referências

- ALMEIDA, Ronaldo de. **A Igreja Universal e seus demônios**. São Paulo: Terceiro Nome, 2017.
- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda conservadora. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 191-208, 2019.
- ANÉAS, André. **Religião e Política: entre o altar e o palanque**. São Paulo: Editora Reflexão, 2024.
- ANDRADE, Péricles; CAMURÇA, Marcelo; SENA, Emerson Silveira; Estado laico e dinâmicas religiosas no Brasil: tensões e dissonâncias. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 18, n. 57, p. 975-1001, set./dez. 2020.
- ARAÚJO, Melvina. **Religião e política no Nordeste brasileiro**. Recife: Editora UFPE, 2019.
- BARBOSA, Marcos. **Evangélicos e o voto no Sudeste**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- BERGER, Peter L. **A Redescoberta da Rocha: religião e o mundo moderno**. Lisboa: Gradiva, 1996.
- BLANCARTE, Roberto. **Laicidade e democracia**. São Paulo: UNESP, 2011.
- BLANCARTE, Roberto. **Religião e lei na América Latina**. Cidade do México: El Colegio de México, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

- BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BURITY, Joanildo. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: CARRANZA, Brenda; GUADALUPE, José Luís Pérez. **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p. 195-216.
- BURITY, Joanildo. Minoritização, religião pública e populismo religioso no Brasil. **REVER: Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 24, n. 1, pp. 11-27, 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/1741079/Downloads/Dialnet-MinoritizacaoReligiaoPublicaEPopulismoReligiosoNoB-10182275-1.pdf>. Acesso em 17/09/2025.
- CARRANZA, Brenda. **Catolicismo mediático e pânico moral**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.
- CARRANZA, Brenda; SANTOS, Renan William dos; JÁCOMO, Luiz Vicente Justino. Dimensões religiosas da radicalização política no Brasil contemporâneo. **Plural**, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 1, p. 5–16, 2021. DOI: [10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2021.188499](https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2021.188499). Disponível em: <https://revistas.usp.br/plural/article/view/188499>. Acesso em: 16 jan. 2026
- CASANOVA, José. **Public Religions in the Modern World**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- CATANI, Afrânio Mendes. **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- CONNOLLY, William. **The Ethos of Pluralization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.
- FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. Campinas: UNICAMP, 1993.
- LOYOLA, Maria Andréa. **Pierre Bourdieu e a sociologia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2021.
- MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. **Ascensão evangélica e política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. **O ativismo cristão e as democracias contemporâneas**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2020.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Pânicos morais e a política de costumes no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2024.

MARIANO, Ricardo. **Laicidade à brasileira**. São Paulo: Civitas, 2011.

MARIANO Ricardo; GERARDI, Dirceu André. América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, São Paulo, n. 120, p. 61-76, janeiro/fevereiro/março 2019.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos; BONATO, Massímo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 120, p. 43-60, janeiro/fevereiro/março 2019.

PASSOS, João Décio. **Cruzadas morais na política brasileira**. São Paulo: Paulinas, 2020.